



13586415



08000.046361/2020-66

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****NOTA TÉCNICA Nº 17/2020/CDI/CGDS/SAA/SE/MJ****PROCESSO Nº 08000.046361/2020-66****INTERESSADO: SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata a presente Nota Técnica sobre a análise e manifestação da resposta da empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA em relação a Diligência nº 01 (13575722).

**2. DA RESPOSTA À DILIGÊNCIA**

2.1. A empresa atendeu ao apontamento feito no item 3.3 da Nota Técnica n.º 16/2020/CDI/CGDS/SAA/SE/MJ (13565838) enviando o Ofício nº 239/2020/SOSDOCS com detalhamento de custos, onde indicam que os *"valores propostos são suficientes para custear o projeto supramencionado de forma equilibrada e saudável"*.

**3. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

3.1. Em complementação à Nota Técnica nº 16/2020/CDI/CGDS/SAA/SE/MJ (SEI nº 13565838), informo que os Atestados de Capacidade Técnica considerados para a habilitação técnica apresentados pela empresa foram expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

**4. CONCLUSÃO**

- 4.1. Diante do exposto, concluímos pela habilitação técnica da empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA, pois restou comprovado todos os requisitos de qualificação técnica exigidos no Edital PE nº 28/2020 (13446011).
- 4.2. Restituímos o presente processo à Divisão de Licitações para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CRESCENTI DE PAIVA, Coordenador(a) de Documentação e Informação**, em 30/12/2020, às 19:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13586415** e o código CRC **24E25D47**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.